

PAINEL ECONÔMICO

Credor generoso — 1

A Shopping Center Água Branca S/A, do grupo Matiarazzo, encerrou 89 em dívida bancária de curto prazo no valor de NCz\$ 11,3 milhões.

A empresa carrega uma dívida de NCz\$ 260,8 milhões junto ao Banco do Brasil, que aceita acordo para pagamento a partir da receita futura do shopping.

Credor generoso — 2

Do contrário do que consta em outros balanços de empresas do grupo Matiarazzo, a Shopping Center Água Branca não alerta para possíveis efeitos do Plano Collor em seus negócios.

A empresa ainda está em "fase pré-operacional".

Credor generoso — 3

A dívida ao BB foi escalonada até o ano 2000, com correção e juros anuais de 12%. O primeiro pagamento foi acertado para março de 91, no total de NCz\$ 9,7 milhões.

O grupo viarazzo quer que garanta o terço do shopping, calculado em NCz\$ 255 milhões.

Negócio imobiliário

O governo catarinense abriu concórdia para permuta do imóvel da penitenciária, no bairro residência de Trindade em Florianópolis, pela construção de um novo complexo penitenciário no município de Palhoça.

Sinais esperados — 1

Carlos Alberto Bifilco, diretor-financeiro da CBC, sugere algumas medidas de curto prazo para facilitar o processo de normalização da programação financeira das empresas privadas.

Sinais esperados — 2

Como existe grande oferta de dólares americanos e outras moedas no mercado de câmbio, Bifilco propõe que o governo esclareça a que nível de preços está disposto a adquirir essas divisas nos próximos meses.

"Isso possibilitará a programação de futuras exportações, impulsionando e corrigindo os empréstimos em moeda estrangeira", diz ele.

Zelo redobrado

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira cancelou o desdobramento de ações programado.

Considerou que a medida provisória 160 (IOF sobre operações no mercado financeiro) "traria insuperável ônus à companhia e consequentemente aos seus acionistas".

Cadeira de banqueiro — 1

O presidente da Febraban, Leo Wallace Cochrane Júnior, foi eleito membro do conselho de administração da Sanbra.

Cadeira de banqueiro — 2

Cochrane, vice-presidente do Noroeste, viu ocupar o lugar de Roberto Konder Bornhausen, vice-presidente do conselho do Unibanco e ex-presidente da Febraban.

Bornhausen renunciou ao cargo de conselheiro da Sanbra em agosto de 89.

Prejuízo da subsidiária

A Frigobordon Comercial Exportadora S/A, do grupo Bordon, encerrou o exercício de 89 com prejuízo líquido de NCz\$ 3,4 milhões.

Ajuste imediato

Boletim da corretora Souza Barros comenta que "embora as empresas venham a ter seu valor patrimonial em 1990 ajustado a um ano recessivo, as cotizações em Bolsa no momento já refletem este ajustamento".

Quem suporta

A corretora considera que "muitas empresas que além de estruturas e muito bem administradas são fortes exportadoras".

"Suportam, portanto, com mais solteira uma recessão intensa e prolongada".

Vendo adiante

A Souza Barros diz que "investindo nesses papéis aos preços atuais, com perspectivas de médio e longo prazo, será grande a probabilidade de se obter rentabilidade superior a de outros ativos".

Ainda é cedo

A CVM ainda não está percebendo qualquer sinal de operações articuladas para mudar o controle acionário de empresas avariadas.

Buscando cruzeiros — 1

A CGT sugere a criação de um cartão de crédito e de um consórcio que operariam junto aos trabalhadores, tendo os sindicatos como pontos de intermediação.

Buscando cruzeiros — 2

"É o primeiro passo rumo ao Banco dos Trabalhadores", diz o presidente da central, Francisco Caçini, recém-chegado de Israel.

Circulação restrita

A proibição do BC em relação à divulgação sobre a fabricação de dinheiro pela Casa da Moeda confirma a centralização de poderes formuladores da política econômica.

Recuo providencial

As vésperas do Plano Collor, o presidente da Bovespa, Fernando Nabuco, levantou a hipótese de a Bolsa sacar os NCz\$ 500 milhões da venda do prédio da BM&F para guardá-los na própria instituição.

Se tivesse sacado, seria difícil explicar agora que não tinha havido vazamentos.

O Plano Collor completa 30 dias sem que tenha se desencadeado o fato decisivo que assegure seu êxito: um pacto social. Todas as experiências históricas bem-sucedidas de combate à inflação nos últimos anos atestam a necessidade de um amplo entendimento nacional, para sustentar o longo do tempo a eficácia de duras medidas econômicas. Assim foi — está sendo — em Israel, no México e na Espanha.

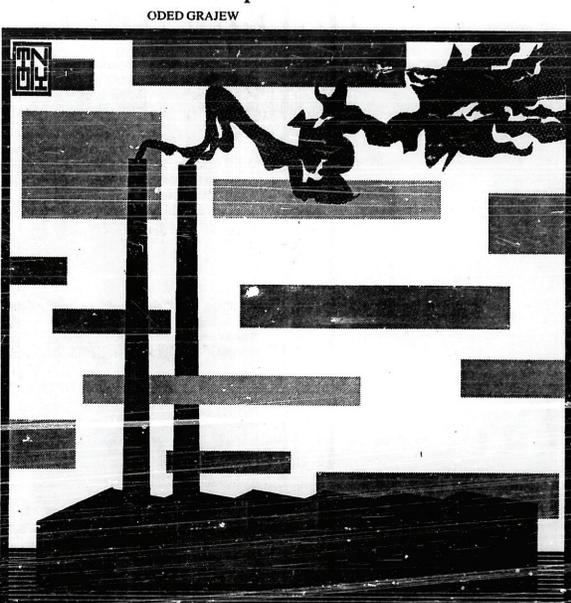
O pacto social tem tudo para dar certo se seus protagonistas sentarem à mesa com a visão de que estamos numa sociedade madurada pela interdependência de todos os seus agentes. Uma medida adotada para determinado setor certamente terá repercussões positivas ou negativas nos demais segmentos. Todas as medidas sempre devem ser avaliadas do ponto de vista de seu impacto global. Para tanto, quem sentar à mesa de negociações deve saber que é preciso ceder e colocar interesses coletivos acima dos individuais ou corporativos. Em consequência, não pode prevalecer a visão de que a sociedade é mero pano-de-fundo de conflitos, sob pena de se criar situações imprevisíveis e problemas daqueles que têm maior poder de pressão, em detrimento do bem-estar e da qualidade de vida dos demais.

É previsível que, após a implantação de um plano de estabilização da economia, aqueles que perderam tentem uma recuperação. Foi o que ocorreu no Brasil — após os planos Cruzado, Bresser e o "chaque verão": diversos empresários preferiam não dar seguimento às suas atividades econômicas enquanto aguardavam o fim do congelamento para poder reajustar preços. Muitos optaram por "maquiar" produtos, inflando os preços, sem alterar a produção. Os trabalhadores insistem em recuperar rapidamente seu poder aquisitivo pelo pique dos salários. A Justiça do Trabalho profere decisões que iam além do simples reposição das perdas salariais passadas. O governo federal não cumpria sua parte de coriar gastos. Algumas iniciativas de extinção de estatais foram barradas pelo Congresso.

Não pum em que a "lei de Gerson" infelizmente ainda impera em boa parte das camadas dominantes, não é de estranhar que os "perdedores" do Plano Collor tentem subornar esta ou aquela tentativa de estabilização. No entanto, a grande oportunidade para a formação de um pacto social está dada na medida em que, desta vez, todos foram "perdedores": empresários, trabalhadores e governo.

O Plano Collor foi imposto pelo Poder Executivo ao restante do governo e à sociedade. É

Sem medo do pacto



natural que um profundo sentimento de injustiça permeie todos aqueles que se sentiram atingidos pelo plano. É previsível que boa parte destes tentem soluções isoladas para seus problemas. Soluções setoriais, por não serem consensuadas, poderiam agravar ainda mais o sentimento de que há injustiças. E a credibilidade do plano poderá ser ainda mais afetada. O próprio presidente Collor já reconheceu que o êxito do plano sempre dependerá de uma crença generalizada de que as medidas econômicas acabarão dando certo.

Israel e México evitaram o perigo da hiperinflação porque os governos e as sociedades destes países compreenderam a importância das soluções consensuadas. Baixar fortes medidas econômicas é apenas uma parte do problema. Continuar enfrentando os conflitos inevitáveis e as pressões inflacionárias é uma tarefa impossível sem o engajamento maior da sociedade. Por esta razão, as medidas econômicas são apenas 10% do valor de um plano de estabilização: os restantes 90% consistem na condução do programa. As medidas de impacto de um plano objetivam esfriar a tempe-

ratura inflacionária. Mas a eficácia ao longo do tempo depende de um amplo acordo social.

O PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais — está convencido de que somente um pacto social fará o Plano Collor dar certo. Os empresários deste movimento nacional em favor da democratização plena do país deram o exemplo: no último dia 4 de abril, foram à Brasília junto com os principais líderes sindicais da CUT, CGT e CNTM para propor ao governo o fim da recessão, a retomada dos investimentos produtivos e a liberação de recursos para as folhas de salários em troca de um compromisso, por parte das empresas beneficiadas, de não encorpar o já grosso caldo das demissões. A viagem conjunta demonstrou um amadurecimento, das lideranças trabalhistas. Juntos, empresários e sindicalistas foram recebidos pela ministra Zélia Cardoso de Mello e pelas principais lideranças do Congresso. Menos de uma semana depois, a medida provisória 154 foi alterada pelo Congresso, que criou uma comissão especial para as empresas que se comprometam a dar estabilidade de 90 dias para seus funcionários.

Ficou assim evidenciado que o pacto social não é somente possível no Brasil, como capaz de propor soluções concretas e imediatas para evitar que se caia nos dois extremos indesejáveis: a depressão, com seus milhões de desempregados, e a hiperinflação, capaz de evaporar definitivamente as economias de todas as camadas sociais. As soluções daqui para a frente terão que ser inevitavelmente consensuadas entre as três partes: governo — entendidos os Três Poderes —, empresários e trabalhadores.

Estas soluções consensuadas, dentro de um pacto social, terão uma grande chance de êxito se todos reconhecerem que as perdas não são a finalidade de um programa de estabilização, mas sim apenas o meio para se chegar a outro objetivo maior: o da definição soberana de qual desenvolvimento esta nação deseja. E aí, mais uma vez, as decisões não poderão ficar restritas a gabinetes de técnicos, por mais bem preparados que eles sejam.

OEDD GRAIEW é presidente da Abrinq — Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos e dos seus coordenadores do PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

SEMANA ECONÔMICA

Hoje

John Reed participa de congresso da Febraban

A Febraban realiza esta semana o 16º Congresso Nacional de Bancos, em Brasília. Terá a presença de Nigel Lawson, ex-ministro britânico, John Reed, chairman do Citicorp e Leonid Alkalin, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS.

Dieseze divulga primeiro levantamento conjuntural

Técnicos do Departamento Intercelular de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas (Diseeze) divulgam hoje o primeiro levantamento sobre a conjuntura do país, que será publicado semanalmente, sempre às segundas-feiras.

Economista americano fala sobre trabalho

O economista e vice-presidente da Academia Nacional de Arbitros do Trabalho dos EUA, James Stoen, fará o segundo encontro do Sistema Norte-americano de Soluções de Pendências Trabalhistas no Local de Trabalho", às 9h, no auditório da FGV.

Adeval faz seminário sobre fundos de investimento

A Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval) realiza de hoje até o dia 25 deste mês seminário sobre os fundos de investimento. Na sede da entidade, o Sr. Ribeiro Badur, 471, 21º andar, região central (São Paulo).

Sindicato da construção mostra dados sobre setor

O presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil (Sinduscon-SP), Jílio Capobianco, divulga hoje o índice de emprego da construção civil no Estado de São Paulo. As 16h, na sede do sindicato, r. Dona Veridiana, 55, região central.

Rubens Vaz assume hoje a Secretaria de Energia

Assume hoje a Secretaria de Energia, no lugar de Luis Oswaldo de Aranha, o economista, ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil e da Chesf e ex-superintendente da Sudene Rubens Vaz Costa. A cerimônia de posse será às 16h, em Brasília.

Amanhã

Representante do Itamaraty retine-se com empresários

O secretário-executivo da Comissão de Comércio com a Europa Oriental, Carlos Antonio da Rocha Paranhos, participa de reunião com empresários brasileiros interessados em exportar para o Leste europeu. As 15h, na sede da Fieap, av. Paulista, 1.313.

Associação Comercial de São Paulo faz plenária

A diretoria e os conselheiros da Associação Comercial de São Paulo realizam plenária semanal da entidade. Durante a reunião serão analisados os reflexos das medidas econômicas sobre o setor. As 17h30, no auditório da entidade, r. Boa Vista, 51.

Acaba prazo para formar chapa para economistas

Termina hoje o prazo para inscrição de chapas para concorrer às eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo (Fieesp), e o relator do tema "O Plano de Estabilização da Economia", às 10h, na sede da entidade, av. Paulista, 1.313.

Ibef promove debate sobre pacote econômico

O Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef) promove debate sobre os aspectos financeiros do plano econômico do novo governo. A partir das 14h, no auditório do Instituto de Engenharia, av. Doutor Dante Pazzanese, 120, Ibirapuera.

Quarta-feira

Collor e Quércia abrem seminário em São Paulo

O presidente Fernando Collor, o governador Orestes Quércia e o embaixador da URSS no Brasil, Leonid Filipovitch Kuzmin, participarão da abertura do seminário sobre relações entre Brasil e URSS, a ser realizado quarta e quinta, no Centro Empresarial.

Imobiliários fazem debate sobre aplicação em imóvel

O seminário "Análise de Investimento no Mercado Imobiliário Tomada de Decisão" conta com a presença de Hubert Guebara (Feneid), Roberto Capuano (Creci) e José Carlos Pellegrino, no hotel Interplan, r. Frei Caneca, 1.360.

Abilio Diniz expõe sobre o plano de estabilização

Abilio Diniz, do Conselho Superior de Orientação Política e Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é o relator do tema "O Plano de Estabilização da Economia", às 10h, na sede da entidade, av. Paulista, 1.313.

Abiquim fala de mudanças no comércio exterior

As mudanças introduzidas no comércio exterior pelo Plano Collor serão discutidas durante palestra que Otávio Pontes, membro da comissão de comércio exterior da Abiquim, fará na Associação Comercial de São Paulo, r. Boa Vista, 51.

Quinta-feira

Cesar Maia faz previsões sobre a economia do país

O economista e deputado federal Cesar Maia (PDT-RR) realiza palestra sobre as novas medidas econômicas do governo e o futuro do Plano Collor, durante reunião-almoço da ADVB-RR, às 11h30, hotel Plaza São Rafael, Porto Alegre.

Hoecht apresenta os resultados da empresa

A diretoria executiva da Hoecht do Brasil apresenta resultados das atividades da empresa durante o ano passado, faz previsões e fala das perspectivas para 90. As 11h, no auditório da sede administrativa, av. Nações Unidas, 18.001.

IMPOSTO DE RENDA

Apresentados com mais de 65 anos

ANTONIO CARLOS BORDIN e CARMINE ABONDANTI NETO

Esta seção orienta diariamente os leitores para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda pessoa física. As declarações devem ser encaminhadas exclusivamente por escrito à Redeção da Receita Federal de São Paulo, Rua da Lameria, 425, CEP 01022, São Paulo-SP, aos cuidados do Departamento de Imposto de Renda.

3 — J. — Jacareí (SP) — Ele e a esposa são aposentados e têm mais de 65 anos de idade. Declaram em separado e os proventos de cada um recebidos em 1989 não atingem NCz\$ 50.000,00. Ele tem três cadernetas de poupança e a esposa uma. Pergunta: a correção monetária de poupança está sujeita ao IR? b) Qual o limite de isenção para os juros?

R. Não, porque a correção monetária não é rendimento. b) o limite de isenção é mensal, a saber: janeiro a maio NCz\$ 415,20; junho NCz\$ 540,00; julho NCz\$ 680,00; agosto NCz\$ 876,00; setembro NCz\$ 1.130,00; outubro NCz\$ 1.540,00; novembro NCz\$ 2.199,00 e dezembro NCz\$ 2.996,00.

9 — A.M. — Campinas (SP) — Aposentado com mais de 65 anos

ANTONIO CARLOS BORDIN, 41, é contador, administrador de empresas e engenheiro de produção de construção e de firma internacional de consultoria. CARMINE ABONDANTI NETO, 45, é advogado. Ambos são sócios da Assessor Consultoria Empresarial SAC S.C.L.A.

CARMINE ABONDANTI NETO, 41, é bacharel em Direito, economista e engenheiro de consultoria tributária de uma das maiores consultorias tributárias do Brasil. Sócio da Assessor Consultoria Empresarial SAC S.C.L.A.